

Partido é pra lutar



LUIS CESAR
BUENO

Por duas décadas o PT teve como objetivo acumular forças para eleger Lula para presidente da República. O resultado das eleições de 2002 coroou o sonho petista, quando as urnas deram a Lula o primeiro mandato de presidente da República. O povo se via na Presidência, na medida em que Lula exercia seu mandato. A maior prova de identidade entre o governo Lula e o povo brasileiro foi dada em 2006, quando o povo sabia, claramente, desprezou os argumentos da elite conservadora do País. Pela primeira vez a elite se curvou aos desejos do povo do "andar de baixo" e reelegeu Lula para o segundo mandato.

Como petistas temos orgulho de governar para milhões. Conseguimos inúmeras vitórias no primeiro e vamos avançar muito mais no segundo governo. O Programa de Aceleração do Crescimento, com seus inúmeros desdobramentos sociais, o Bolsa Família, o Plano de Desenvolvimento da Educação, o fim da subserviência ao FMI, a

austeridade e soberania de nossa política internacional, o investimento pesado em combustíveis alternativos, o estancamento do processo de privatização e a retomada da estruturação de um Estado forte e eficiente são apenas uma amostra do quanto foi importante termos optado por uma estratégia socialista compatível com a ocupação dos espaços institucionais. Estes avanços têm tirado da miséria absoluta milhões de pessoas, auxiliando na criação de uma massa crítica e no acúmulo de forças para um futuro ainda mais mudancista.

Analisando o horizonte do segundo governo, a próxima direção petista que será eleita por mais de 300 mil militantes nos próximos dias, terá o papel de auxiliar no apontamento dos limites deste governo, ou seja, de

finir quais são os passos possíveis diante da conjuntura e da correlação de forças que temos. Reformas importantes como a tributária (com taxação de grandes fortunas, de heranças e do capital especulativo e desoneração da população mais pobre), universitária (com a democratização radical do acesso à educação superior pública), sindical (com o fim do imposto sindical), política (com a realização de uma constituinte exclusiva). O PT deve tomar iniciativas legislativas como a regulamentação da emenda constitucional n° 29 (sobre os recursos para a saúde), barateamento de tarifas públicas (transporte, energia, telefone, água), estatutos da igualdade racial e das pessoas com deficiência e a bandeira histórica das 40h para carga semanal de trabalho. Devemos combater a escravidão que ainda existe no campo e barrar qualquer mudança nas regras previdenciárias que tire direitos do povo. O PT continuará defendendo um Brasil cada vez mais soberano, com pujante desenvolvimento

tecnológico, capaz de garantir energia compatível com o crescimento de que precisamos. Cumprindo estas tarefas, poderemos formular um programa ainda mais avançado para o próximo mandato.

Há um papel histórico que a próxima direção petista terá de cumprir para garantir que o PT continue sendo o instrumento de lutas da classe trabalhadora: oxigenar as relações com os movimentos sociais que deram origem e são os principais alicerces de nosso projeto político. Isso só será possível se conseguirmos garantir que o partido seja capaz de ter opinião própria. Defender o governo sem perder a autonomia e a capacidade de formulação, essa é a tarefa mais importante da próxima direção.

Dentro da coalizão de partidos que governa com o presidente Lula, o PT ainda não conseguiu se colocar à altura do seu papel. Devemos agir como partido do presidente, aquele que tem de ser o principal protagonista das políticas

públicas. A defesa do governo torna-se muito mais produtiva quando a base do partido visualiza nas ações do governo os traços programáticos que sempre nortearam as lutas do Partido dos Trabalhadores.

Queremos um PT capaz de pautar o governo, de formular políticas que apontem cada vez mais para a superação do capitalismo e de ser o interlocutor de milhões de trabalhadores e trabalhadoras, excluídos e excluídas. Os grandes projetos e definições devem passar pela construção coletiva no interior do partido, sendo levados ao executivo para debate no seio do conselho político. O PT deve hegemonizar a pauta de esquerda da coalizão.

Sabemos que o atual sistema político impõe a necessidade da coalizão para que possamos ter governabilidade. Em função disso, nem todas as políticas do governo são plenamente coerentes com nossas bandeiras históricas. Considerando que este é um governo em constante disputa, com uma base de

apoio muito heterogênea, o PT precisará ter, dentro dos debates do bloco, posição clara em defesa de nosso programa, barrando eventuais investidas conservadoras e neoliberais. Os representantes do PT devem ter interlocução direta com o presidente da República, sempre sintetizando o pensamento de todo o partido, já mais dessa ou daquela tendência. Temos que combater aqueles que tentam "descolar" o presidente Lula do PT para fragilizar o partido e ocupar os espaços conquistados. É dentro deste contexto que apoiamos as seguintes candidaturas a presidente do PT nas eleições do dia 2007-11-09: economista Luis Alberto - Diretório Metropolitano de Goiânia, médico Valdir Camarcao - Diretório Regional e o deputado Jilmar Tatto para o Diretório Nacional.

Luis Cesar Bueno é professor, deputado estadual, 2º vice-presidente do Diretório Regional do PT